



1

## Ata da 5ª Sessão Plenária Ordinária de 2016

2

### Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP

3 Aos 19 de maio de 2016, no “Auditório Rosário I - República” do Hotel Comfort Downtown, situado  
4 na Rua Araújo, 141, São Paulo - SP, teve início às 14h a 5ª Sessão Plenária Ordinária do  
5 Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP, sob a direção do Presidente do  
6 conselho **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**. Assinaram a lista de  
7 presença 64 (sessenta e quatro) participantes, dentre os quais 55 (cinquenta e cinco) conselheiros  
8 titulares, 04 (quatro) suplentes de conselheiro no exercício da titularidade, a saber, Augusto  
9 França Neto, Alan Silva Cury, Douglas Ellwanger, João Antonio Danielson Garcia, e, ainda, o  
10 ouvidor do CAU/SP Affonso Risi. **A) VERIFICAÇÃO DO QUÓRUM:** Foi verificado quórum de 32  
11 (trinta e dois) conselheiros entre titulares e suplentes no exercício da titularidade para o início dos  
12 trabalhos. Para compor à mesa, o Presidente convidou o Vice-presidente do CAU/SP Valdir  
13 Bergamini, e o ouvidor do CAU/SP Affonso Risi. **B) ABERTURA DA 5ª SESSÃO PLENÁRIA**  
14 **ORDINÁRIA DO CAU/SP DE 2016. C) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Após a  
15 abertura da plenária o Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**  
16 solicita a execução do Hino Nacional Brasileiro. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES**  
17 **DE OLIVEIRA BELLEZA** informou que a alteração do layout foi realizada por solicitação dos  
18 conselheiros que informavam a dificuldade em enxergar a tela, e que dessa forma, a intenção é  
19 facilitar a visualização de todos. **D) APROVAÇÃO DA ATA DA 4ª SESSÃO PLENÁRIA**  
20 **ORDINÁRIA DE 2016 REALIZADA EM 14/04/2016.** A conselheira **ROSANA FERRARI** apontou  
21 que na linha 33 da referida ATA a grafia correta da sigla é GRAPROHAB e não Grapuabe como  
22 estava escrita. Ademais, o conselheiro **CLÁUDIO BARBOSA FERREIRA** indica que houve um  
23 erro de interpretação de sua fala, pois não apresentou material elaborado para a jornada de  
24 arquitetura em Franca, mas sim o material elaborado conforme o projeto de patrocinado para a  
25 jornada de arquitetura de Franca. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**  
26 **BELLEZA**, então, inicia a votação para aprovação da ATA supracitada com as devidas correções,  
27 a qual é **APROVADA** com 35 votos a favor, nenhum contrário e 02 abstenções. **E) INFORMES**  
28 **DO PRESIDENTE.** Prossegue a pauta o Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**  
29 **OLIVEIRA BELLEZA** com seus informes. O Presidente informou que já está no ar o novo Portal  
30 da Transparência do CAU/SP, que trata de levar as informações e números do Conselho a toda a  
31 sociedade. O CAU/SP foi o primeiro Conselho estadual à implanta-lo e contou com elogio do  
32 Tribunal de Contas da União, o que valorizou muito o trabalho realizado pelo Conselho. O edital  
33 de patrocínio do CAU/SP completou um ano e dentro dos diversos eventos houve a entrega do  
34 edital de lançamento do livro do arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva. Ressaltou assim a  
35 importância desse edital e informou que haverá outras publicações a serem realizadas. O  
36 conselheiro Alan Cury participou de importante evento internacional em Campinas sobre  
37 patrimônio histórico, assim como uma série de eventos vem ocorrendo com o patrocínio do  
38 Conselho, tendo o Presidente participado de um evento sobre assistência técnica. No mês de



39 maio será iniciado o CAU Presente, que é uma ação com as 10 regionais do estado de São Paulo  
40 na qual uma vez por semana todas as regionais vão circular pelas cidades de sua região com uma  
41 estrutura mínima para atender os profissionais interessados. O objetivo é estar mais próximo dos  
42 profissionais. Houve a participação de vários conselheiros, através da Diretoria de Ensino, em  
43 aproximadamente 40 refeições de grau em instituições de ensino de todo o estado. Será lançado  
44 um longa-metragem no Cine Frei Caneca que mostra através da perspectiva da arquitetura todo o  
45 desenvolvimento urbano e o crescimento da cidade do Rio de Janeiro desde a sua fundação,  
46 sendo oferecidos pelos promotores do evento ingressos gratuitos e limitados aos conselheiros, os  
47 quais devem entrar em contato com a Secretaria da Presidência caso tenham interesse. Há um  
48 esforço de divulgação dos cursos de instrução, realizado por funcionários do CAU, para instruir os  
49 profissionais de como se utilizar o SICCAU, os quais estão ocorrendo nas regionais através de  
50 parcerias com associações e entidades que disponibilizam um auditório. Por fim, informa o  
51 Presidente que devido às solicitações dos conselheiros os processos éticos serão reunidos e  
52 julgados em apenas uma plenária extraordinária específica, separada da plenária ordinária, nos  
53 meses de agosto e setembro, sendo que a próxima Plenária ainda será conjunta com a Ética.

54 **ORDEM DO DIA: 1) APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO 1º RELATÓRIO QUADRIMESTRAL**  
55 **DE GESTÃO DO CAU/SP – 2016 EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO 101 DO CAU/BR.** O  
56 conselheiro diretor **JOSÉ BORELLI NETO** iniciou sua apresentação explicando que a função  
57 principal desse documento é o CAU/BR monitorar as ações que as unidades da federação estão  
58 desenvolvendo dentro do que foi planejado e o que foi efetivamente realizado. O relatório abrange  
59 o mapa estratégico do CAU/SP, os indicadores institucionais e de resultados dos objetivos  
60 estratégicos, os planos de ação por projeto e por atividade, os limites de aplicação dos recursos, o  
61 cenário de receitas, e o orçamento na forma do centro de custos do plano de ação que foi  
62 aprovado. Consta também o parecer da Comissão Permanente de Orçamento e Contas, a  
63 aprovação da proposta de programação do plano de ação e orçamento que foi aprovada pela  
64 plenária, além de um relatório bastante extenso de todas as atividades que foram desenvolvidas  
65 neste quadrimestre. O diretor, então, passa a apresentar os números do relatório. Em relação às  
66 receitas houve uma arrecadação no período de R\$ 07.371 milhões, 09% menos do que estava  
67 previsto. Anuidade de pessoa física dos anos anteriores, que são os inadimplentes de 2015 em  
68 parcelamento para este ano, foram arrecadados R\$ 608 mil, 06% abaixo do que estava previsto.  
69 Em anuidade de pessoa jurídica foram arrecadados R\$ 880 mil, 15% menos do que estava  
70 previsto. Em anuidade de pessoa jurídica dos anos anteriores foram arrecadados R\$ 92 mil, 10%  
71 a menos do que estava previsto. Com relação a multas e taxas houve uma arrecadação 20%  
72 acima do que estava previsto, R\$ 49 mil. Já RRT neste primeiro quadrimestre arrecadou R\$  
73 05.533 milhões, 06% a menos do que estava previsto. Restituições, emolumentos, multas, etc,  
74 tiveram um aumento bastante expressivo em função do trabalho desenvolvido de contato com as  
75 pessoas que estavam inadimplentes, sendo que algumas delas nem sabiam que estavam  
76 devendo. E o outro item que também teve uma arrecadação acima do projetado é a aplicação  
77 financeira em função das taxas SELIC que tiveram aumento nos últimos tempos, ficando acima do  
78 projetado. Comparativo das despesa realizadas, no imobilizado não houve nenhuma



79 movimentação com relação a esse capital, encargos ficou acima do orçado em 31%, outras  
80 despesas pequenas, eventualmente alguma coisa que tenha sido feita em urgência, R\$ 01.100 mil  
81 que não estava previsto, portanto 100% acima. Ademais, aluguéis e encargos, R\$ 228 mil, ou  
82 seja, 13% acima do que estava previsto, apesar de ter sido feita uma negociação com o  
83 proprietário do imóvel com relação aos reajustes. Serviços prestados estiveram 40% abaixo do  
84 orçamento. Passagens, 45%. Diárias de conselheiros e convidados também ficaram 32% abaixo  
85 do que estava previsto, sendo realizado R\$ 909 mil. Material de consumo também 92% abaixo,  
86 não havendo compras pois o que foi comprado no ano passado foi suficiente para o  
87 desenvolvimento dos trabalhos até este quadrimestre. Diárias de funcionários também ficaram  
88 68% abaixo do que estava previsto. E a parte de salários e encargos 21% também abaixo. O  
89 conselheiro **FLAVIO MARCONDES** questiona qual a importância da diferença entre o que foi  
90 orçado e o que foi realizado. O conselheiro diretor **JOSÉ BORELLI NETO** responde que isso é  
91 uma formalidade necessária pois podem ser questionados pelo CAU/BR acerca disso. O  
92 coordenador de Planejamento Estratégico, Orçamentos e Projetos da Diretoria Financeira  
93 **MESAQUE ARAÚJO SILVA** pede a palavra e explica que a pergunta do conselheiro é pertinente  
94 pois quando você projeta gastar 100 e gastou 90 significa que ou a projeção teve algum erro na  
95 hora de ser feita em função do cenário econômico ou que na hora de executarem a atividade se  
96 gastou menos, e o Tribunal de Contas exige justificativa para gastos 20% acima ou 20% abaixo do  
97 projetado. A conselheira **JACOBINA ALBU VAISMAN** pede a palavra e afirma sentir falta de uma  
98 comparação de valores com os anos anteriores como 2015, ou mesmo até 2013, por questões  
99 inflacionárias, e diz não entender como fizeram as projeções com base em gastos anteriores. O  
100 conselheiro diretor **JOSÉ BORELLI NETO** responde que o CAU/SP chegou a questionar uma  
101 orientação do CAU/BR sobre o uso de certos índices que julgou fora da realidade do cenário  
102 econômico do país, questionamento esse reconhecido posteriormente pela Diretoria Financeira do  
103 CAU/BR como acertado. Então, por esse fato as distorções já eram previstas e serão objeto de  
104 uma reformulação entre junho e julho para corrigir o rumo tomado. Sobre os comparativos o  
105 diretor informa que constam desde o ano de 2012 no relatório completo enviado aos conselheiros,  
106 sendo a apresentação apenas um resumo. O coordenador **MESAQUE ARAÚJO SILVA** afirma  
107 que é importante observarem que a inflação do período foi considerada na hora que fizeram o  
108 plano de ação. O conselheiro diretor **JOSÉ BORELLI NETO** responde que sim, assim como o  
109 incremento de profissionais no Conselho. Continua o diretor com sua apresentação mostrando o  
110 comparativo entre 2016 e 2015. Receita corrente em 2016, previstos R\$ 38 milhões, em 2015 R\$  
111 32 milhões. Arrecadados no primeiro quadrimestre R\$ 16.554 milhões, correspondendo a 43% do  
112 que estava previsto. No comparativo com 2015, R\$ 15.740 milhões, 49%. Despesa corrente, o  
113 realizado no primeiro quadrimestre foi R\$ 08.644 milhões, correspondendo a 23%. Comparativo  
114 com 2015, R\$ 07.460 milhões, praticamente em percentual a mesma coisa na correspondência  
115 com o ano de 2015. Despesa de capital R\$ 15 milhões previstos para 2016, não sendo realizado  
116 nada. Em 2015 R\$ 04.166 milhões, realizado R\$ 352.264 mil, correspondentes a 02%. Reserva de  
117 contingência, previstos para 2016 R\$ 334 mil. Em 2015, R\$ 296 mil. Saldo orçamentário do  
118 período de janeiro a abril de 2016, R\$ 07.892 milhões, em 2015 R\$ 07.927 milhões. Saldo



119 disponível em conta corrente em 30 de abril de 2016, R\$ 44.927 milhões, em 2015 R\$ 36.497  
120 milhões. O conselheiro **FLAVIO MARCONDES** indaga o que são reserva de contingência e  
121 despesa de capital. O coordenador **MESAQUE ARAÚJO SILVA** responde que o saldo disponível  
122 em conta corrente inclui o valor que o Conselho tem em relação a gastos que podem ser feitos  
123 somente com a despesa de capital mais a arrecadação que já foi feita nesses quatro primeiros  
124 meses no ano de 2016. Então, é o somatório do saldo que virou do ano de 2015 para 2016 que se  
125 transformou em receita de capital, chamado popularmente de imobilizado, mais o saldo da  
126 arrecadação que foi feita de janeiro até abril e que não foi gasta na execução das atividades do  
127 Conselho. O conselheiro diretor **JOSÉ BORELLI NETO** complementa dizendo que a despesa de  
128 capital é um dinheiro que não pode ser utilizado, a não ser excepcionalmente, para despesa  
129 corrente. Então, não é possível utilizar esse dinheiro para folha de pagamento, mas poderia ser  
130 utilizado se eventualmente tivesse uma demanda de alguma atividade especial, como alguma  
131 demanda trabalhista. Prossegue o conselheiro diretor apresentando as atividades dos  
132 departamentos do CAU/SP. Atividades da Presidência, 21.523 previstas e realizadas as mesmas  
133 21.523. Diretoria Técnica, 30.262 atividades previstas e realizadas 30.210. Diretoria de Ensino  
134 2.489 e realizadas 2.447. Total de atividades 58.331 previstas, realizadas 58.493. Ademais, o  
135 conselheiro diretor apresenta alguns exemplos das atividades realizadas por setor, ressaltando  
136 que todas estão discriminadas no relatório completo. Atividades da Presidência: acompanhamento  
137 das atividades da sede, regionais, participação das reuniões plenárias, reuniões de diretoria,  
138 CEAU, GTs, etc. Diretoria Executiva: os eventos diários, as atividades da Vice-presidência, da  
139 auditoria, o atendimento à demandas recebidas, participação em equipes, participação em  
140 seminários, etc. A conselheira **MIRTES MARIA LUCIANI** pede a palavra e expressa preocupação  
141 com a queda de 49% para 43% na arrecadação de um ano para o outro, pois o primeiro  
142 quadrimestre é o que se mais arrecada proporcionalmente em receitas. Além disso, afirma se  
143 alinhar com o conselheiro Flavio Marcondes no estranhamento de planejarem gastar R\$ 294 mil  
144 em quatro meses e somente gastarem R\$ 01 mil, dando, então, a sugestão de colocarem uma  
145 breve explicação do que ocorreu ou do assunto que tenha levado a isso ocorrer dessa forma. O  
146 conselheiro diretor **JOSÉ BORELLI NETO** responde que estão procurando, por orientação da  
147 Presidência, serem bastante comedidos nos gastos e nas licitações, tentando ter uma economia  
148 para que o Conselho caminhe o ano e deixe um orçamento para o próximo exercício sem entrar  
149 no vermelho. Ademais, explica que quando montam o orçamento recebem as informações de  
150 diversas atividades que vão ser realizadas pelos GTs, pelas comissões, etc, e às vezes nesse  
151 quadrimestre, por uma questão operacional, não se realizam, mas podem ser realizadas no mês  
152 seguinte ou no quadrimestre seguinte. Então, todas as atividades que foram previstas devem ser  
153 realizadas. Mas, o conselheiro diretor afirma não poder dizer por que exatamente que as  
154 atividades não foram realizadas, porque algumas delas não são coisas afetas à Diretoria  
155 Financeira. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** inicia, então,  
156 a votação para aprovação do 1º Relatório Quadrimestral de Gestão do CAU/SP – 2016, o qual é  
157 **APROVADO** pela unanimidade de 53 votos a favor. **2) REAJUSTE DE SALÁRIO DOS**  
158 **EMPREGADOS DO CAU/SP.** O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**





159 **BELLEZA** informa que foi procurado por uma comissão de funcionários no sentido de uma  
160 solicitação de uma série de melhorias, tanto no funcionamento da relação do CAU com esses  
161 funcionários quanto do ponto de vista financeiro. Nesse sentido, o Presidente solicitou que  
162 houvesse uma comparação dos salários dos funcionários do CAU/SP em relação aos outros  
163 CAUs e aos outros conselhos. Existem duas categorias de funcionários, os comissionados de livre  
164 provimento e os concursados, e a Diretoria entendeu que era necessário uma correção do salário  
165 dos funcionários concursados pois há uma defasagem considerável em relação a outros CAUs e  
166 conselhos. Então, o Presidente traz essa situação para conhecimento da plenária para  
167 eventualmente aprovarem uma correção salarial aos funcionários concursados. O coordenador de  
168 Recursos Humanos **CARLOS ROBERTO DE MORAES** toma a palavra e inicia sua apresentação  
169 da pesquisa salarial realizada entre outros CAUs e conselhos de classe. As instituições analisadas  
170 foram CAU/BR, CAU/PR, CAU/RJ, CAU/RS, CAU/SC, e os conselhos de Administração,  
171 Contabilidade, Educação Física, Engenharia, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina  
172 Veterinária, Nutrição, Psicologia. Apenas no cargo de analista técnico em arquitetura e urbanismo,  
173 que é um arquiteto, haveria uma defasagem um pouco menor, nem 03% de diferença. Os demais  
174 chegam à casa de 30%, 34%, até 42% de defasagem. Por exemplo, assistente técnico contábil  
175 tem uma defasagem em torno de 35% em relação à média das instituições, analista de  
176 comunicação em torno de 30%, de RH também em torno de 29%. Os valores são equalizados  
177 porque alguns conselhos já aplicaram reajuste de salário pelo sindicato neste ano, outros ainda  
178 irão aplicar dependendo da data base da categoria. O reajuste do sindicato no caso do CAU  
179 ocorrerá neste mês de maio. Então, os reajustes dos demais conselhos em 2016 são  
180 desconsiderados na presente avaliação. Nesse sentido o RH propôs para a Presidência e traz ao  
181 plenário para análise e aprovação uma proposta de reajuste para os funcionários concursados do  
182 CAU/SP. Como no mês de maio há a negociação com o sindicato, a estratégia é apresentar um  
183 percentual de reajuste mais o reajuste do sindicato, que é o obrigatório para todos os funcionários.  
184 A proposta é aplicar para os cargos concursados um índice de 07% em todos os salários e  
185 aplicação do reajuste do sindicato, que é o índice de custo de vida (ICV) referente aos últimos 12  
186 meses, de 09,34%. Isso vai representar um aumento na folha de pagamento do Conselho em  
187 torno de 12,4%, o que ainda está dentro do limite orçamentário de 45% das receitas correntes. No  
188 ano de 2016 ainda vai ocorrer a implantação de um plano de carreira para os funcionários do CAU  
189 e está sendo assinado um contrato com a empresa desenvolvedora que vai auxiliar na construção  
190 e revisão do plano de cargos e salários das atribuições e também no modelo de avaliação por  
191 competências. O conselheiro **JOSÉ ANTONIO LANCHOTI** pede a palavra, parabeniza a iniciativa,  
192 e pergunta como ficariam os salários após o reajuste quando comparados com os outros, pois sua  
193 impressão é que ainda ficariam muito baixos. Ademais, não sabe se é possível devido ao limite  
194 orçamentário, mas acredita que pela grande arrecadação do CAU/SP os salários poderiam ser  
195 equiparados ou mesmo superados. O conselheiro **VICTOR CHINAGLIA JUNIOR** parabeniza os  
196 colaboradores por se organizarem e descobrirem a luta de classes. Além disso, ressalta que os  
197 fiscais estão recebendo abaixo do piso da categoria de arquitetos mesmo tendo feito concurso  
198 com outra denominação, e que isso também acontece em outras estatais para burlar o piso da



199 categoria. Nesse sentido pede que o CAU respeite o salário mínimo profissional e o piso da  
200 categoria. Por fim, afirma que vai protocolar para o CAU participar da mesa de negociação salarial  
201 dos trabalhadores de arquitetura e urbanismo no SASP. O Presidente **GILBERTO SILVA**  
202 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que entende que o salário estipulado para os  
203 arquitetos estava dentro do salário mínimo. O coordenador de Recursos Humanos **CARLOS**  
204 **ROBERTO DE MORAES** pede a palavra e responde que o salário é o piso, o valor é com a  
205 posição de 31 de dezembro de 2015, então prevalece o piso de 08,5 salários mínimos. Ademais, o  
206 coordenador concorda com o conselheiro que aplicando 07% mais 09,34% ainda ficarão em  
207 defasagem em relação aos salários dos outros conselhos, ainda mais considerando o aumento  
208 sindical que ocorrerá neste ano, mas ressalta que o CAU/SP está adotando uma postura  
209 cautelosa devido à situação econômica e às mudanças que poderão ocorrer com a implantação  
210 do plano de carreira, além do estudo sobre aumento de benefícios como vale refeição e  
211 implementação do auxílio creche. A ideia é a equiparação, mas por enquanto a estratégia a ser  
212 adotada será essa. A conselheira **BERTHELINA ALVES COSTA** pede a palavra e afirma que a  
213 preocupação de equiparar com o mercado é importante, concorda com o que foi colocado no  
214 debate e pergunta se o sindicato pediu aumento real. O coordenador de Recursos Humanos  
215 **CARLOS ROBERTO DE MORAES** responde que sim, pediu aumento real de 10%. A conselheira  
216 **BERTHELINA ALVES COSTA** pergunta se eles vão tentar incluir os 09% de equiparação com o  
217 mercado na negociação do aumento real com o sindicato. O coordenador de Recursos Humanos  
218 **CARLOS ROBERTO DE MORAES** responde que a conversa com o sindicato vai ser a  
219 implantação dos 09,34%, que seriam a reposição da inflação, mais 07% que seriam o aumento  
220 real. A conselheira **BERTHELINA ALVES COSTA** responde que é necessário começarem a  
221 pensar dentro da conjuntura e que pelo o que foi apresentado o Conselho tem gordura para dar  
222 um aumento real para não ficarem muito defasados, pois isso é uma bola de neve que tem a  
223 tendência de aumentar. Ademais, ressalta que é importante ter esse empenho porque já estão  
224 com quatro anos de Conselho e ainda não conseguiram fechar um plano de cargos, salários e  
225 promoções. A conselheira **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA** pede a palavra e diz ter  
226 uma série de dúvidas em relação a projeção feita, porque considera perigoso aumentar o salário  
227 de funcionários concursados e não dar o mesmo aumento para funcionários não concursados, ou  
228 seja, criar uma defasagem de salário entre cargos idênticos ou de funções semelhantes. Além  
229 disso, a conselheira se preocupa com a equiparação com outros CAUs, pois a situação do  
230 CAU/SP é completamente diferenciada dos outros, como em número de funcionários e processos.  
231 O conselheiro **EDERSON DA SILVA** pede a palavra pergunta a diferença entre correção e  
232 reajuste, pois acha que isso vem a calhar com o que a conselheira Marcia Mallet afirmou. O  
233 conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** pede a palavra e expressa o seu apoio ao pessoal do  
234 sindicato porque acha que a colocação deles é corretíssima e deveria ser um dos parâmetros do  
235 Conselho, ou seja não é o título pelo o qual você está contratado, mas a atividade que você  
236 desempenha. Ademais, afirma que essa massa de salários que está preocupando a todos  
237 também está refletindo uma distorção que aconteceu na instalação do Conselho, quando houve  
238 uma enorme abertura de cargos e funções nas áreas de apoio e uma pequena atenção às áreas



239 fim. Nesse sentido, o conselheiro acredita não ter sentido um conselho cuja fiscalização é o  
240 objetivo principal ter 13 funcionários em comparação ao cento e poucos outros funcionários, sendo  
241 necessário racionalizar os processos administrativos de modo que a folha de pagamento relativa à  
242 administração seja significativamente diminuída e aumentada significativamente a folha relativa a  
243 agentes de fiscalização, senão *“estamos fazendo espuma e não fiscalização”*. O Presidente  
244 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** explica à conselheira Marcia Mallet  
245 que quando verificaram a comparação com funcionários dos outros Conselhos viram que os  
246 funcionários concursados estavam bem abaixo da média enquanto os funcionários comissionados  
247 estavam bem acima. Ou seja, com um aumento aos comissionados os salários ficariam ainda  
248 mais acima da média dos outros conselhos, por isso somente receberão o aumento sindical de  
249 09,34%. A conselheira **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA** responde que então não é  
250 reajuste, o termo certo seria uma correção. O conselheiro **EDERSON DA SILVA** afirma que  
251 compreende que é uma correção pois entendem que está defasado e estão fazendo a correção de  
252 07%, depois o reajuste é aplicado linearmente a todos os servidores. O coordenador de Recursos  
253 Humanos **CARLOS ROBERTO DE MORAES** responde que a ideia é essa, mas talvez a palavra  
254 utilizada não tenha sido a mais correta. Ademais, acredita ser muito importante ter um cuidado  
255 muito grande na divisão entre funcionários concursados e de livre provimento, pois os de livre  
256 provimento são cargos de confiança, exercem funções de liderança ou assessoramento como diz  
257 a lei, não exercendo funções técnicas semelhantes a funcionários concursados. Em relação à  
258 diferença de salários o coordenador remete à fala do Presidente, afirmando que nem  
259 consideraram a correção para os funcionários de livre provimento. Quanto aos planos de carreira  
260 a programação é iniciar os trabalhos no mês de junho, mas é um trabalho grande que o RH vai  
261 gerenciar e que envolve todos os diretores e a Presidência, sendo o segundo semestre um  
262 período de reavaliação de todos os cargos, correção de eventuais desníveis e construção do  
263 sistema de avaliação de desempenho, com previsão de término dos trabalhos para o fim do ano. A  
264 conselheira **MIRTES MARIA LUCIANI** pede a palavra e externa sua preocupação quanto a essa  
265 situação dos salários, perguntando qual foi o papel do RH nos cargos de apoio que têm tamanha  
266 distorção em relação ao Brasil, quais são as ações para diminuir a distorção para que seja mais  
267 igualitário entre o que é base e concurso, ou, se for assim mesmo, qual a proporção relativa e  
268 absoluta de tal diferença. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**  
269 **BELLEZA** explica que os CAUs escolhidos para a comparação são os que mais se assemelham  
270 ao CAU/SP do ponto de vista de profissionais e de arrecadação, e esclarece que foi o primeiro  
271 conselho a montar o quadro funcional, votando e aprovando de maneira bastante preliminar, sem  
272 noção salarial de lugar algum. Como não é possível equiparar todo mundo devido às conjunturas  
273 econômicas do país, a proposta de 07% foi no sentido de dar uma correção nesses salários.  
274 Melhorando a situação econômica poderão ser corrigidos de uma maneira melhor, mas na  
275 situação atual isso está claro. Ademais, esclarece o Presidente que não existe funcionário  
276 comissionado e funcionário concursado fazendo a mesma função, isso não é possível, são  
277 atividades e salários diferentes. O conselheiro **ALTAMIR CLODOALDO RODRIGUES DA**  
278 **FONSECA** pede a palavra e explica que além do que o Presidente já ressaltou, os funcionários



279 concursados têm mais de cinco ou 10 anos de formados, uma experiência e um currículo que  
280 foram avaliados para que eles ocupassem aquela posição que gerou à época uma constituição  
281 salarial correspondente à essa experiência que eles tinham no mercado. Ademais, considera  
282 distorção um termo equivocado, pois na verdade existe uma diferença positiva nesse sentido, visto  
283 que a realidade salarial dos estados da federação é diferente, e para que pudessem montar uma  
284 equipe de comissionados especializada, com capacidade para tocar a gestão pública, sobretudo  
285 Tribunal de Contas e atividades técnicas, havia a necessidade de uma seleção por currículo e por  
286 capacitação no mercado. O conselheiro **PIETRO MIGNOZZETTI** pede a palavra e sugere que o  
287 coordenador de RH apresente especificamente alguns dos cargos que se encontram nessa  
288 questão e demonstre como é que seriam isoladamente do restante, pois como está apresentado  
289 na tabela com todos os cargos não fica tão claro. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** pede  
290 a palavra e afirma que estão pautando por salário mínimo profissional para fiscalização e estão  
291 vendo que é insuficiente. Ainda ressalta que os funcionários com salários mínimos são pessoas  
292 com pouquíssima experiência profissional, são profissionais juniores, e o Conselho precisa ter  
293 profissionais seniores na fiscalização porque os conselheiros têm visto reiteradamente que os  
294 fiscais não percebem sequer onde está o problema de exercício profissional ilegal. Por fim, diz que  
295 a quantidade de processos errados é assustadora, sendo necessário prever nessa estrutura  
296 salarial profissionais médios e profissionais seniores, senão o Conselho não conseguirá cumprir a  
297 sua função. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** afirma que  
298 depois decidirão o termo correto, se reajuste ou correção, e inicia a votação do novo salário dos  
299 funcionários do Conselho, o qual é **APROVADO** com 55 votos a favor, 01 contrário e nenhuma  
300 abstenção. O conselheiro **ÉDER ROBERTO DA SILVA** pede um esclarecimento quanto a não  
301 aparecer onde está votando no painel de votação. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES**  
302 **DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que o conselheiro João solicitou a retirada do voto do painel.  
303 O conselheiro **ÉDER ROBERTO DA SILVA** contesta que o fato de estarem em plenário implica  
304 em um voto secreto e que no mínimo isso deveria ser discutido por não ser uma medida apenas  
305 técnica. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** afirma que sua  
306 opinião é favorável quanto a isso, pergunta se há alguma manifestação em contrário por parte dos  
307 conselheiros, e, por fim, acaba por tornar as votações futuras abertas novamente. **3)**  
308 **ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS DA 2ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ARQUITETOS**  
309 **E URBANISTAS DO CAU/SP COM AS SUGESTÕES DE RESOLUÇÃO.** O conselheiro **RONALD**  
310 **TANIMOTO CELESTINO** afirma que a comissão, dentro de sua atribuição, resolveu propor um  
311 encaminhamento de todas as propostas aprovadas no plenário para os devidos setores. Foram  
312 discutidos no dia da conferência cinco eixos temáticos, sendo proposto pela plenária um sexto  
313 eixo de assuntos diversos. Prossegue o conselheiro informando os encaminhamentos propostos.  
314 Propostas que dizem respeito às ações diretamente com o poder público seriam encaminhamento  
315 à Presidência do CAU/SP para divulgação dos resultados da conferência ao poder público,  
316 prefeituras, governo estadual, secretarias e Ministério Público, como calendário de visitas, envio  
317 de ofícios e documentação, assinatura de protocolos, convênios, etc. Ações que envolvem  
318 diretamente o CAU consistem em encaminhamento à Presidência para posteriores providências





319 necessárias para cada ação correspondente com a distribuição devida às diretorias, comissões,  
320 GTs, para os devidos encaminhamentos e resoluções. Ações que envolvem diretamente a  
321 sociedade, remeter à Comissão Permanente de Ética, Comissão Permanente de Exercício  
322 Profissional, Comissão Especial de Comunicação, Grupos de Trabalho e Comunicação. Ações  
323 diretas do CAU com o ensino superior, remeter à Diretoria de Ensino e Formação, Comissão  
324 Permanente de Ensino e Formação, e Grupo de Trabalho de Formação Continuada para os  
325 devidos encaminhamentos como criar os manuais, procedimentos, propostas de alteração de  
326 legislação e gestão junto ao MEC. Ações do CAU com as entidades, remeter à Diretoria de  
327 Relações Institucionais para os devidos encaminhamentos e exigir a realização de concursos  
328 públicos de projetos como forma de garantir a renovação e a qualidade do projeto arquitetônico.  
329 Por fim, esclarece o conselheiro que vindo a data e a confirmação da conferência nacional isso  
330 será uma plataforma de propostas que a Comissão de Organização da Conferência do CAU/SP  
331 irá apresentar à mesma. O conselheiro **JOÃO CARLOS CORREIA** propõe que as propostas  
332 sejam passadas às comissões permanentes e GTs com um prazo de devolução antes que sejam  
333 divulgadas externamente para evitar colisões e parecer que o Conselho defende uma coisa em  
334 um dia e no dia seguinte muda de opinião. O conselheiro **RONALD TANIMOTO CELESTINO**  
335 responde que é exatamente isso que está sendo proposto, encaminhar para os GTs as resoluções  
336 e retorna-las via Presidência. **4) APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DOS TRABALHOS DA**  
337 **COMISSÃO ESPECIAL PARA ORGANIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO CAU-SP NA 6ª**  
338 **CONFERÊNCIA DAS CIDADES.** O conselheiro **JOSÉ RENATO SOIBELMANN MELHEM** inicia  
339 sua explanação sobre as preparações das conferências municipais. Nessa primeira etapa ocorrerá  
340 a conferência municipal e posteriormente a estadual, sendo que a Conferência Nacional das  
341 Cidades ocorre a cada três anos, funcionando como um sistema de consulta em que se elaboram  
342 propostas de políticas públicas e diretrizes feitas em conjunto com os municípios, posteriormente  
343 com os estados e com a União. A conferência municipal ocorrerá no primeiro semestre, enquanto  
344 a estadual, que por enquanto não possui participação efetiva do Poder Público, está sendo  
345 elaborada com maior participação da sociedade civil e movimentos sociais e ocorrerá no segundo  
346 semestre. Prossegue o conselheiro apresentando o cronograma oficial definido pelo Ministério das  
347 Cidades. A etapa de convocação das conferências pelo Poder Executivo, ou se não ocorrer pela  
348 sociedade civil, já expirou no dia seis de maio. A constituição das comissões preparatórias e a  
349 elaboração dos regimentos também já ocorreu. Até dia cinco de julho ocorrem as conferências  
350 municipais onde são debatidas as questões nacionais, municipais e eleitos os delegados que vão  
351 compor as conferências estaduais, que estão previstas entre primeiro de novembro de 2016 e 21  
352 de março de 2017, posteriormente ocorrendo a conferência nacional. As propostas municipais são  
353 levadas para a conferência estadual para debate e depois tudo é levado para a conferência  
354 nacional onde se elegem os conselheiros nacionais das cidades. O CAU tem uma cadeira hoje no  
355 Conselho Nacional das Cidades e no Conselho Estadual das Cidades, que ainda está em  
356 tratativas para ser implementado, tendo sido criado o grupo que vai ser o Conselho Estadual das  
357 Cidades, o qual ainda não se reuniu. A comissão já conseguiu 45 cidades que vão realizar suas  
358 conferências municipais e solicita que os conselheiros se informem se suas cidades a irão realizar



359 também, visto que o objetivo é a participação efetiva do CAU, colaborando, buscando  
360 contribuições e formando os delegados para a conferência estadual e nacional. A conselheira  
361 **MÁRCIA REGINA DE MORAES DINO DE ALMEIDA** pede a palavra e ressalta a importância de  
362 se conscientizar os colegas arquitetos e urbanistas a participarem dessas conferências visando  
363 propostas com maior qualidade técnica, visto que o tema é a função social das cidades e da  
364 propriedade e a preocupação da comissão é que as conferências passem apenas a atender  
365 demandas de moradia sem qualificação técnica urbana. O conselheiro **JOSÉ RENATO**  
366 **SOIBELMANN MELHEM** retoma a palavra e lembra que a conferência é uma exigência e que as  
367 prefeituras que não realizarem suas conferências municipais podem sofrer uma série de sanções  
368 em relação à verba e os recursos do Ministério das Cidades. Prossegue o conselheiro informando  
369 que a comissão vai tentar participar da elaboração das conferências municipais e estadual e vai  
370 buscar os profissionais e conselheiros que estão em determinada região onde vai ocorrer uma  
371 conferência para tentar mobilizar uma participação efetiva dos arquitetos, para então trazer as  
372 informações que gerarão um mapeamento desse trabalho das conferências. Ademais, existem no  
373 site do CAU os informes da 6ª Conferência onde serão colocadas informações e atualizações que  
374 forem surgindo, e as entidades, os arquitetos, os conselheiros, os gerentes regionais, e os  
375 membros de GTs já foram comunicados para começarem a articular essa participação dos  
376 arquitetos na elaboração e na realização das conferências municipais. Em seguida vem a questão  
377 da logística da participação dos arquitetos. Nesse sentido ocorrerão reuniões de elaboração da  
378 comissão preparatória da conferência estadual, a qual será o momento mais importante dessa  
379 primeira etapa, que contarão com a presença dos membros da comissão especial do Conselho  
380 pensando na preparação da 6ª Conferência Nacional que ocorrerá em 2017. Por fim, o conselheiro  
381 solicita que o colega que souber de uma conferência ocorrendo em sua cidade que notifique à  
382 comissão especial para ser montada a logística necessária para auxiliar os profissionais  
383 interessados. O conselheiro **CLÁUDIO BARBOSA FERREIRA** pede a palavra e informa que  
384 estão montando o mapa das cidades participantes para disponibilizar no site e também o material  
385 didático passo a passo de como enviar documentos, que também estará disponível no site e será  
386 enviado aos arquitetos. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**  
387 agradece o empenho da comissão no trabalho e solicita a todos o empenho na participação e  
388 divulgação da conferência municipal pois isso será importante para o CAU ter representação junto  
389 à conferência estadual. O conselheiro **JOSÉ ANTONIO LANCHOTI** pede a palavra, parabeniza o  
390 trabalho da comissão e informa que neste dia da plenária está ocorrendo uma reunião da  
391 Comissão Executiva da Conferência das Cidades em Brasília, para qual o conselheiro foi  
392 convocado visto que faz parte da Comissão Executiva de organização da conferência nacional,  
393 mas não pôde comparecer pois coincide com a data da presente plenária. Uma das questões que  
394 seriam debatidas é se seria adiada ou não a conferência por causa da mudança do ministro,  
395 sendo que por enquanto nada foi mudado e a princípio as datas continuam as mesmas, mas pode  
396 ser que se dilatam como se dilatou o prazo das inscrições. O chamamento da conferência acabou  
397 adiado para o dia seis de maio, anteriormente era março, porque naquele momento apenas 22  
398 municípios tinham feito o chamamento. Ademais, o conselheiro acha muito importante os colegas



399 arquitetos e urbanistas também aparecerem representando instituições, como conselhos,  
400 entidades profissionais acadêmicas de pesquisa, instituições de ensino, prefeituras, etc., pois isso  
401 facilitaria a discussão dos problemas urbanos. O conselheiro **VICTOR CHINAGLIA JUNIOR** pede  
402 a palavra para parabenizar o trabalho da comissão e sugerir que o CAU faça uma moção de  
403 repúdio à falta de apoio governamental à Conferência das Cidades, destacando que diversos  
404 Ministros da Cidade vêm demonstrando essa falta de alinhamento com os movimentos sociais e o  
405 debate democrático com a sociedade, assim como prefeitos das principais cidades do estado de  
406 São Paulo, sendo isso um planejamento deliberado para diminuir o papel da sociedade dentro do  
407 ministério. Ademais, o conselheiro acredita que devem envolver mais os profissionais arquitetos  
408 não só para fazerem a denúncia mas para insistirem que quanto mais cidades e regiões  
409 metropolitanas vierem a fazer a conferência das cidades maior será a resposta aos governantes  
410 que a categoria quer debater as políticas públicas no Brasil, no estado de São Paulo e nas  
411 cidades. A conselheira **MIRTES MARIA LUCIANI** pede a palavra, faz coro aos elogios, e solicita  
412 um endereço eletrônico para ajudar os conselheiros a divulgar a conferência para os colegas  
413 arquitetos e outras pessoas, pois o site do CAU tem muita informação e é um pouco confuso. **5)**  
414 **RENOVAÇÃO DAS COMISSÕES ESPECIAIS.** O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES**  
415 **DE OLIVEIRA BELLEZA** informa que as comissões de Fiscalização e Repercussão Pública já  
416 entregaram os relatórios e a Comissão de Comunicação o irá apresentar nesta plenária, para  
417 então passarem à votação das renovações. Porém, antes disso o Presidente solicita que cada  
418 representante das comissões especiais exponha rapidamente o trabalho realizado e a intenção de  
419 continuação para conhecimento de todos os colegas. **5.1) COMISSÃO ESPECIAL DE**  
420 **COMUNICAÇÃO.** O conselheiro **ANDRE TOSTES GRAZIANO** inicia a apresentação do que foi  
421 feito e o que ainda desejam fazer na CECOM. A comissão foi instalada em junho de 2015 com o  
422 objetivo de apoiar a Presidência do CAU/SP na formulação das ações que contribuam para a  
423 fixação da imagem do conselho entre os profissionais e junto à sociedade. As reuniões ordinárias  
424 ocorrem mensalmente às terças-feiras na sede do CAU e quando necessária alguma reunião  
425 extraordinária devidamente autorizada pela Presidência é feita de forma intercalada com a  
426 periodicidade mensal. A CECOM tem como prerrogativa sugerir ações para a Presidência,  
427 diretoria e comissões que objetivem essa fixação da marca do CAU junto aos profissionais e à  
428 sociedade. Tem também como intenção fazer uma integração de linguagem da comunicação do  
429 CAU/SP junto com a do CAU/BR e uma uniformização da comunicação interna e externa do  
430 CAU/SP. Uma das prerrogativas da comissão é fazer a discussão junto com a agência de  
431 comunicação, que está em contratação, sobre os elementos gráficos do material do CAU/SP e  
432 principalmente no que diz respeito à edição da revista mobile do CAU. Entre as ações que são  
433 efetivas estão a edição da revista do CAU, em especial o projeto editorial, e em conjunto com a  
434 futura agência o projeto de layout da revista mobile. Definiu-se que a periodicidade da revista será  
435 bimestral, dando mais espaço para a comunicação das diretorias, das comissões e dos GTs de  
436 forma que os profissionais que a recebem periodicamente possam saber exatamente do que é  
437 tratado no CAU/SP. Do ponto de vista prático a revista mantém o nome mobile, periodicidade  
438 bimestral, tiragem de 50 mil exemplares e o tamanho e o acabamento devidos. Do ponto de vista



439 editorial o conteúdo da revista foi definido de forma bem rápida como: a capa, a segunda capa  
440 onde terá uma foto ou uma ilustração, a palavra do Presidente, o editorial, o expediente, o  
441 sumário, e alguns conteúdos que foram definidos para poder abranger tudo o que ocorre no  
442 Conselho, como as curtas do CAU, que são pequenas notas ou informações que o Conselho  
443 definirá que são interessantes, e os informes de tudo o que ocorre, tanto no Conselho ou que  
444 tragam interesse ao Conselho informar. Ademais, há uma sessão com o nome de Debate porque  
445 vai trazer sempre duas opiniões sobre o mesmo assunto, além da entrevista principal e da matéria  
446 de capa. Existe depois um conteúdo amplo para que todos os GTs possam ser contemplados na  
447 revista, mas isso está em função do retorno que os GTs estão dando à solicitação dos conteúdos.  
448 Um outro tema da revista é um ponto para os concursos, tanto concursos já realizados como que  
449 estejam a ponto de serem realizados naquele período de publicação da revista, sendo isso feito  
450 junto com o IAB, e uma área, por solicitação da Diretoria de Ensino, para divulgar a produção  
451 acadêmica relacionada ao tema principal de cada edição visando divulgar trabalhos científicos,  
452 reportagens ou coisas que estão ligadas à academia. E depois alguns campos que são mais  
453 livres, como o Ponto de Vista, que é sempre um artigo assinado por um arquiteto, o Olhar do  
454 Arquiteto, a escolha de uma foto ou de uma imagem de interesse, a parte da ouvidoria, a agenda  
455 com todos os eventos do CAU, cursos, feiras e outros pontos de interesse do conselho, o espaço  
456 para o leitor, uma página de humor, e a quarta capa com a parte institucional do CAU/BR. Além  
457 disso, informa o conselheiro que a edição três traz um olhar sobre a produção residencial do  
458 Artigas em função do centenário e uma entrevista com o Haroldo, presidente do CAU/BR,  
459 enquanto a edição quatro tem o foco no patrimônio histórico-arquitetônico e a entrevista com o  
460 Lefèvre, que acaba de ser confirmado como presidente do CONDEPHAAT. Os membros da  
461 CECOM são os conselheiros Antonio Celso, Andre Tostes, Anita Affonso, Eduardo Brandt, Luiz  
462 Antonio Cortez, Maria Rita Silveira e Claudete Lopes, os quais esperam que a comissão possa ser  
463 um órgão mais dinâmico e efetivo para o Conselho no sentido de facilitar a divulgação, inclusive  
464 do material que vem para a plenária, para que isso fique mais compreensível e dentro da  
465 linguagem dos arquitetos. O conselheiro **ANTONIO CELSO MARCONDES PINHEIRO** pede a  
466 palavra e solicita que quando a comissão enviar uma correspondência ou um e-mail solicitando  
467 uma matéria com prazo, que ele seja cumprido para que as coisas andem e a revista circule. O  
468 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** agradece a apresentação,  
469 explica que serão feitas as apresentações de todas as comissões para só então iniciarem a  
470 votação, e informa que a agência de comunicação ainda não foi contratada porque há uma briga  
471 entre os dois classificados, os quais impugnam um ao outro, o que causa o atraso de quatro ou  
472 cinco meses na definição da licitação. **5.2) COMISSÃO ESPECIAL DE CONCEITUAÇÃO DA**  
473 **FISCALIZAÇÃO.** O conselheiro **AFONSO CELSO BUENO MONTEIRO** inicia a apresentação  
474 informando que já foi feita uma apresentação mais detalhada em plenárias anteriores, então será  
475 sucinto. A comissão é composta por Afonso Celso Monteiro como coordenador, conselheira  
476 Marcia Dino como coordenadora-adjunta, conselheiro Lucio Gomes Machado, conselheiro Luiz  
477 Antonio Raizzaro, conselheiro Edmilson Queiroz Dias, e como suplentes o conselheiro Silvio  
478 Antonio Dias e o conselheiro João Carlos Correia. A comissão está conceituando a questão da





479 fiscalização do Conselho, o que o conselheiro ressalta que é um trabalho hercúleo porque tem  
480 várias vertentes e frentes de trabalho, mas pretendem fechar o cerco para auxiliar no serviço de  
481 fiscalização. A comissão entende que o tipo de fiscalização precisa ser alterado e concorda com  
482 as colocações do conselheiro Lucio Machado acerca da ampliação do quadro de agentes fiscais  
483 para fiscalizar e acompanhar as licitações públicas que dizem respeito a área do Conselho,  
484 fiscalização essa que não é cara pois o funcionário trabalha dentro do CAU e gera uma boa  
485 repercussão ao eliminar do mercado pessoas que fazem trabalho de arquiteto. Ademais, a  
486 comissão fez divulgações através de órgãos públicos, como a reunião no CNHU, que contou com  
487 a presença do Presidente e da conselheira Berthelina Costa, para alteração do selo do carimbo do  
488 órgão para que reflita os reais participantes dos projetos e das execuções das obras. Há também  
489 a questão de colocar que o arquiteto é quem faz a parte de urbanismo, planejamento, e projeto,  
490 coisa que o CNHU muitas vezes não respeita por conta “*daquela ranço antigo do CREA*”, e a  
491 questão da reserva técnica, sobre a qual estão pedindo pareceres jurídicos ao Departamento  
492 Jurídico do CAU/SP sobre tentar tipificar o ato do lojista remunerar o arquiteto como um ato de  
493 corrupção. **5.3) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DE ACONTECIMENTOS DE**  
494 **REPERCUSSÃO PÚBLICA.** A conselheira **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA** inicia a  
495 apresentação informando que os membros da comissão são Gustavo Ramos Melo coordenador,  
496 Marcia Mallet Machado de Moura coordenadora adjunta, Ana Maria de Biazzi Dias de Oliveira,  
497 Claudio Barbosa Ferreira, Eduardo Habu, Claudio Zardo Búrigo e Anne Marie Sumner membros  
498 substitutos. Ainda informa que a comissão tem o apoio do Ralf, que é coordenador da DIRTEC, e  
499 tem como objetivo analisar os acontecimentos de grande repercussão pública referentes à  
500 arquitetura e urbanismo no estado de São Paulo. A comissão começou quando houve o problema  
501 da Boate Kiss e depois disso atuou no problema que houve em São Matheus com o desabamento  
502 da obra porque se entende que esses acontecimentos interferem muito na vida da sociedade e  
503 expõem o Conselho, então eles devem ser tratados de uma forma mais cuidadosa. A comissão  
504 também visa: participar de reuniões, conferências e eventos que possam interferir na sociedade e  
505 na atividade de arquitetura e urbanismo para propor discussões relevantes e dar apoio à Diretoria  
506 Técnica na fiscalização desses mesmos eventos; atuar preventivamente junto à Associação  
507 Paulista dos Municípios e propor a participação do CAU em discussões importantes para a  
508 sociedade e alterações urbanas de grande impacto; participar ativamente da pauta da revista do  
509 CAU/SP e participar também da Comissão de Comunicação discutindo assuntos de mobilidade  
510 urbana, como por exemplo a entrega do GTL na Baixada Santista; implantar convênios e  
511 parcerias, que já estão em andamento, com a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil; criar um  
512 fórum permanente, possivelmente na Praça das Artes, com parceria da Prefeitura de São Paulo  
513 para que cada palestrante elabore um debate aberto à sociedade com temas relativos à cidade,  
514 como enchentes, crise hídrica, mobilidade urbana; trabalhar em coleta de informações de solo  
515 contaminado, resíduos urbanos, e meio ambiente; coletar informações sobre a população  
516 excluída, que são os moradores de rua; participar, através do CAU, do Fórum Mundial da Água  
517 que será realizado em Brasília; e dar continuidade à inclusão de assuntos de repercussão pública  
518 para discussão em plenária, podendo inclusive servir de base para um processo-tese. A comissão



519 começou no segundo semestre de 2015 e fez seis reuniões ordinárias e duas extraordinárias,  
520 tendo sido feita em seu segundo semestre uma apresentação do que foi feito pela comissão na  
521 sua primeira edição e uma apresentação da Diretoria Técnica sobre o manual do profissional  
522 arquiteto e urbanista. Além disso a comissão realizou as seguintes atividades: começou a discutir  
523 a participação do CAU na Conferência Mundial da Água; apresentou um levantamento sobre  
524 mobilidade urbana realizado pelo Ibope; participou da Primeira Jornada do Patrimônio em São  
525 Paulo; enviou vários ofícios à Defesa Civil e estabeleceu contato pessoal, através da Diretoria  
526 Técnica, na Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do estado; enviou um memorando à Diretoria  
527 Técnica para fiscalização da empresa LA Projetos e Assessoria que é do filósofo responsável pela  
528 obra de São Matheus, que continua atuando, tendo obtido a resposta de que como ele está  
529 atuando como engenheiro o CREA está atuando nesse caso; fez duas reuniões extraordinárias na  
530 Vila de Paranapiacaba a partir da reportagem que houve no Fantástico e está acompanhando as  
531 licitações que estão sendo feitas lá; participou da Segunda Conferência Estadual de Arquitetura e  
532 Urbanismo do CAU/SP; encaminhou, através da Diretoria Técnica, ofício ao Corpo de Bombeiros  
533 do estado de São Paulo para verificação de inicialmente 50 locais de reunião para que eles  
534 apresentem a situação desses locais, que são museus e locais de aglomeração pública, devido ao  
535 incêndio do Museu da Língua Portuguesa; discutiu o acidente com vazamento de ácido  
536 dicloroisocianúrico de sódio no Porto de Santos; trabalhou sobre o decreto que regulamenta a  
537 elaboração de propostas de intervenção urbana; e estudou uma petição pública por “um CAU  
538 servindo arquitetos e não arquitetos servindo ao CAU”, cuja origem é um abaixo assinado feito  
539 pelo Facebook e que envolve o Conselho. **5.4) COMISSÃO ESPECIAL DE ORGANIZAÇÃO DA**  
540 **2ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS.** O Presidente **GILBERTO**  
541 **SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** informa que a comissão já apresentou relatório na  
542 última plenária, então pergunta se ela tem a intenção de continuar os trabalhos. O conselheiro  
543 **RONALD TANIMOTO CELESTINO** responde que sim, pretendem renovar a comissão, e pede  
544 licença para apresentar um arquivo devido às dúvidas que surgiram quanto à continuidade da  
545 comissão. A comissão visa preparar a 3ª Conferência Estadual de Arquitetos e Urbanistas do  
546 CAU/SP com o intuito de: alinhar o seu conteúdo com o da 2ª Conferência Nacional do CAU/BR;  
547 levar as propostas da 2ª e 3ª conferências do CAU/SP à 2ª Conferência Nacional do CAU/BR;  
548 organizar a participação dos arquitetos paulistas na Conferência Nacional do CAU/BR;  
549 acompanhar a institucionalização das propostas aprovadas na 2ª Conferência Estadual do  
550 CAU/SP; colaborar com a publicação dos anais da 2ª Conferência Estadual do CAU/SP; e propõe  
551 a sua renovação com o nome de Comissão Especial de Organização da 3ª Conferência Estadual  
552 de Arquitetos e Urbanistas do CAU/SP. Por fim, informa o conselheiro que todos os membros  
553 desejam permanecer. **5.5) VOTAÇÃO.** Após as apresentações o Presidente **GILBERTO SILVA**  
554 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** inicia a votação da renovação das comissões. A  
555 renovação da **COMISSÃO ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO** é **APROVADA** por 46 votos a favor,  
556 nenhum contrário e 01 abstenção. A renovação da **COMISSÃO ESPECIAL DE CONCEITUAÇÃO**  
557 **DA FISCALIZAÇÃO** é **APROVADA** pela unanimidade de 47 votos a favor. A renovação da  
558 **COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DE ACONTECIMENTOS DE REPERCUSSÃO**



559 **PÚBLICA** é **APROVADA** por 47 votos a favor, 01 contrário e nenhuma abstenção. A renovação  
560 da **COMISSÃO ESPECIAL DA ORGANIZAÇÃO DA 3ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE**  
561 **ARQUITETOS E URBANISTAS** é **APROVADA** por 41 votos a favor, 01 contrário e 05  
562 abstenções. **6) PALAVRA DOS CONSELHEIROS.** A conselheira **MIRTES MARIA LUCIANI** inicia  
563 sua fala informando que é a coordenadora do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente e vem prestar  
564 contas à plenária dos trabalhos que estão realizando com a Secretaria do Meio Ambiente. A  
565 conselheira agradece a participação dos 11 conselheiros que responderam o questionário  
566 entregue duas plenárias atrás, afirma que a qualquer momento os outros conselheiros podem  
567 responde-lo, e que três GTs e a Comissão Especial de Acidentes já estão participando através de  
568 suas comunicações e todas essas considerações serão incorporadas ao documento. A  
569 coordenadora também presta contas quanto ao relatório anual, informando que o GT produziu um  
570 caderno com o relatório anual com todas as ações, os documentos publicados, e os boletins, o  
571 qual está à disposição dos conselheiros e demais interessados. Ademais, informa que ainda não  
572 tiveram manifestação das escolas de como elas acham que o GT poderia interagir com o ensino  
573 na questão ambiental, o que considera preocupante, que a Cetesbe já designou quatro técnicos  
574 que estarão juntos para definirem, e que o GT definiu o campo do planejamento ambiental, do  
575 licenciamento ambiental e da gestão. Além disso, o GT está fechando um roteiro dos temas que  
576 serão contemplados no documento que será enviado para manifestação da plenária, e contatou a  
577 Polícia Militar Ambiental solicitando um levantamento de todos os processos monitorados de  
578 projetos ou obras de arquitetos com os tipos de crimes ambientais cometidos para dar luz a algum  
579 tipo de ação que evite tais transtornos ambientais. A conselheira **ROSANA FERRARI** inicia sua  
580 fala trazendo um tema que será submetido à aprovação na próxima plenária por falta de tempo  
581 que é a questão dos prazos. Informa a conselheira que quando tem uma penalidade existe um  
582 prazo para ficar inscrita tanto no site do CAU quanto nos murais, mas que quando consultaram o  
583 CAU/BR perceberam que não existe nenhuma regulamentação ou legislação que preveja isso.  
584 Então, fizeram uma deliberação dentro da comissão para ser submetida ao plenário, pois  
585 atualmente uma suspensão de carteira por 180 dias fica 180 dias publicada, mas uma advertência  
586 pública não tem esse tempo determinado. O conselheiro **SORIEDEM RODRIGUES** inicia sua fala  
587 afirmando que entende que não há razão para que os conselheiros suplentes não participem de  
588 todas as atividades em que os conselheiros titulares participam, pois isso seria benéfico para o  
589 CAU e para as futuras gestões, já que um suplente participativo é um forte candidato às eleições  
590 seguintes, e dá o exemplo de sua convocação para a suplência de um julgamento no qual não  
591 tinha conhecimento algum de causa e foi obrigado a dar um voto sem a mínima qualidade, sendo,  
592 então, necessária a participação, mesmo que voluntária, dos suplentes em todas as sessões que  
593 os titulares participarem. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**  
594 esclarece que os conselheiros suplentes têm direito a participar de todos os eventos do CAU/SP,  
595 mas somente direito à voz e não a voto, e que não podem convocar os suplentes por uma decisão  
596 do Tribunal de Contas acerca das diárias, que somente podem ser pagas aos titulares. O  
597 conselheiro **SORIEDEM RODRIGUES** replica que no Conselho eles estão proibidos de entrar. O  
598 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que não, é



599 aberto. O conselheiro **SORIEDEM RODRIGUES** novamente replica afirmando que na ética o  
600 conselheiro suplente é impedido de entrar, o que não faz sentido pois caso necessite substituir um  
601 titular ele não terá condições de dar um voto de qualidade. O Presidente **GILBERTO SILVA**  
602 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que verificarão a questão do ponto de vista  
603 jurídico. A conselheira **MÁRCIA REGINA DE MORAES DINO DE ALMEIDA** sugere que os  
604 suplentes recebam o material ou pauta que os titulares recebem das plenárias para terem noção  
605 dos assuntos que estão sendo tratados, mesmo que não venham às plenárias. O conselheiro  
606 **SORIEDEM RODRIGUES** responde que os suplentes recebem, mas não recebem os processos,  
607 então torna isso inócuo, pois os suplentes precisam participar. O Presidente **GILBERTO SILVA**  
608 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** afirma que vai verificar essa questão específica da ética e  
609 do sigilo e pede que o Departamento Jurídico anote e analise a questão, pois tem uma única  
610 dúvida quanto à votação dos processos éticos, que somente conselheiros titulares podem  
611 participar. O conselheiro **SORIEDEM RODRIGUES** afirma que houve convocações para  
612 comissões feitas pela Presidência que os suplentes não puderam participar. O Presidente  
613 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que nas comissões são  
614 conselheiros titulares e em sua ausência são substituídos pelos conselheiros substitutos, que  
615 também são conselheiros titulares. O conselheiro **SORIEDEM RODRIGUES** replica que se  
616 candidatou a uma comissão e foi lhe foi negada a participação por ser conselheiro substituto. O  
617 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que cada  
618 comissão tem o número estipulado de titulares e de substitutos, e que somente conselheiros  
619 titulares podem se candidatar, sendo que o conselheiro suplente pode participar como ouvinte. O  
620 conselheiro **SORIEDEM RODRIGUES** responde que para isso o conselheiro tem que ser  
621 convidado. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde  
622 que não, ele precisa se colocar como interessado. O conselheiro **SORIEDEM RODRIGUES** então  
623 afirma que entende que o processo do suplente é voluntário, que é para tapar e participar. O  
624 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que sim, e  
625 informa que nos GTs existem vários colegas que participam como convidados sem problema  
626 nenhum. O conselheiro **SORIEDEM RODRIGUES** por fim pergunta se isso é realmente possível,  
627 ao que é respondido afirmativamente, encerrando a questão. O conselheiro **JOÃO CARLOS**  
628 **CORREIA** inicia sua fala informando que o CAU/SP tem participado de algumas reuniões na  
629 Associação Brasileira de Normas Técnicas, a ABNT, na qual estão revisando três normas, a 6492,  
630 a 32531, e a 3532. O Presidente também participou de algumas reuniões e as sugestões da  
631 plenária devem ser enviadas até o dia 10 para a Presidência, a qual encaminhará para as  
632 reuniões na ABNT. Foram definidos para arquitetura: levantamento de informações preliminares;  
633 estudo de viabilidade do empreendimento; programa de necessidades; levantamento de  
634 informações técnicas específicas; estudo preliminar, etapa de dimensionamento preliminar dos  
635 conceitos do projeto da edificação a ser realizada por profissional habilitado; anteprojeto, etapa  
636 destinada à concepção e representação das informações técnicas provisórias de detalhamento do  
637 projeto arquitetônico da edificação e seus elementos, instalações e componentes; projetos e  
638 documentações para licenciamento, mudança do antigo nome projeto legal após debate e





639 consenso, sendo uma etapa destinada à representação das informações técnicas necessárias à  
640 análise e aprovação pelas autoridades competentes da concepção da edificação de seus  
641 elementos e instalações com base nas exigências legais, seja municipal, estadual, ou federal, e  
642 obtenção das permissões ou das licenças e demais documentos indispensáveis para as atividades  
643 de construção, essa fase do projeto não possui todos os elementos necessários para a execução  
644 da obra e deve ser complementada pelas demais etapas de projeto para sua execução. O  
645 conselheiro afirma que nessas discussões da ABNT estão dizendo que o projeto que vai para  
646 aprovação na prefeitura não é o projeto a ser utilizado para a construção, é um projeto para  
647 licenciamento. Ademais, diz que gostariam de discutir o fim da aprovação nas prefeituras, o que  
648 para os arquitetos seria uma maravilha, mas tem dúvidas quanto ao benefício para a sociedade. O  
649 conselheiro **FLAVIO MARCONDES** pede a palavra e pergunta se há similaridade entre os vários  
650 lugares do Brasil nessa aprovação do projeto legal, pois em São Paulo não precisa de estrutura e  
651 no Rio de Janeiro precisa. O conselheiro **JOÃO CARLOS CORREIA** responde que a Constituição  
652 Federal garante ao município a regulação do uso de seu solo, então cada lugar tem a sua regra. O  
653 que a ABNT e os participantes querem fazer é construir uma norma que vai ter ao seu final  
654 considerações como “essas são as novas nomenclaturas e entendimentos, as legislações que se  
655 adequem a isso”. Mas, o que está em discussão são projeto básico, projeto executivo, executivo  
656 completo e o as built, ao o que o conselheiro dá o exemplo que no site do Dnit a regulamentação  
657 determina que o projeto executivo pode ser feito junto com a obra, ou seja, é um as built e não um  
658 projeto executivo, sendo isso um dos problemas que existem no Brasil. A sugestão é substituir  
659 projeto básico, projeto executivo, projeto executivo completo, por projeto de construção  
660 compatibilizado, que são todos os projetos que conversam com o projeto de arquitetura, enquanto  
661 o as built continua como está. O conselheiro **JOSÉ ANTONIO LANCHOTI** pede a palavra e afirma  
662 as colocações do conselheiro João Carlos são muito importantes e que por uma questão de  
663 ordem não deveriam estar na palavra dos conselheiros, mas sim como ponto de pauta na próxima  
664 plenária para que isso fosse passado aos conselheiros para terem uma discussão com tempo,  
665 pois o assunto é muito sério. O conselheiro **JOÃO CARLOS CORREIA** responde que acha válido  
666 o que o conselheiro José Lanchoti coloca, e explica que a participação nessas reuniões está  
667 definida em números, são 20 a 23 engenheiros pagos pelo CONFEA e pelos CREAs mais cinco  
668 arquitetos, sendo muito importante a participação de mais arquitetos. O Presidente **GILBERTO**  
669 **SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** informa que a representação junto à ABNT não se  
670 dá individualmente, mas por representantes de entidades e instituições, e que na ABNT nada é  
671 votado, é necessário entrar em consenso ou não se aprova o que está em debate. O conselheiro  
672 **ROGERIO BATAGLIESI** pede a palavra e coloca a título de colaboração que a Asbea fez há  
673 alguns anos atrás um manual onde além de detalhar bastante classifica muito bem os atores,  
674 quem é gerenciador ou não, etc. Ressalta que apesar de entender que o manual está um pouco  
675 ultrapassado, pode ser uma contribuição. O conselheiro **EDSON JORGE ELITO** pede a palavra e  
676 afirma que o CAU fez várias reuniões com as entidades de arquitetos para chegarem a um  
677 consenso e tomaram algumas decisões que deveriam terem sido levadas pelo representante  
678 conselheiro João Correia para as reuniões na ABNT, mas entende que o que foi apresentado pelo



679 conselheiro está totalmente diferente do que foi decidido. Então, diz que é preciso que o  
680 representante defenda as decisões lá ou avise se estiverem perdendo o debate. O conselheiro  
681 **JOÃO CARLOS CORREIA** responde que o que foi decidido naquela reunião está mantido e que  
682 fizeram uma pesquisa que mostra que cada órgão do país tem uma definição, sendo que a  
683 definição que está na 866 é uma, a definição que está na RDC é outra, e a que está na Anvisa é  
684 ainda outra. O que estão fazendo é tentar compatibilizar algo nesses itens, mas aquele trabalho  
685 está mantido. O conselheiro **EDSON JORGE ELITO** responde que aí não está mantido, ao que o  
686 conselheiro **JOÃO CARLOS CORREIA** replica que somente essas definições estão sendo  
687 discutidas. O conselheiro **JOSÉ ANTONIO LANCHOTI** pede a palavra e afirma ao conselheiro  
688 João Correia que compreende a preocupação referente a alguns termos que aparecem em vários  
689 locais, mas diz que a Lei 12.378 deixa bem claro que os assuntos que são relativos à arquitetura e  
690 o urbanismo são definidos por esta lei, fato que acredita ser importante de informar ao pessoal da  
691 ABNT. Ademais, informa o conselheiro que ele e a conselheira Silvana Cambiaghi participaram da  
692 ABNT 9050, na qual não havia nenhum impedimento de participação, pois ele representava a  
693 ABEA e a conselheira representava a si mesma como usuária, mas ressalta que havia a  
694 porcentagem obrigatória de 75% de presença nas reuniões para a pessoa ter direito a voto. Nesse  
695 sentido, diz que não sabe se há alguma regra, mas a participação e sugestão na ABNT 9050 era  
696 possível. Quanto à palavra dos conselheiros, o conselheiro parabeniza o Presidente e os  
697 funcionários que organizaram a sala da plenária, pois havia solicitado que pensassem em  
698 mudanças para auxiliar os conselheiros que se sentavam ao fundo a conseguirem ver o telão,  
699 ressaltando inclusive que menos pessoas saíram da sala. O conselheiro **LUCIO GOMES**  
700 **MACHADO** inicia a sua fala mencionando casos de um funcionário seu que cursa Arquitetura que  
701 relatou que a aula de topografia foi ministrada por uma professora de Matemática que não  
702 conseguia terminar as contas e que na aula de Economia teve de fazer um resumo sobre a Coréia  
703 do Norte, ao mesmo tempo em que a holding de escolas de nível superior Kroton divulga lucro  
704 líquido de R\$ 2,5 bilhões, ressaltando o conselheiro a necessidade do Conselho tomar  
705 providências quanto ao ensino dos cursos de arquitetura. Em um segundo momento o conselheiro  
706 destaca a dificuldade de debaterem assuntos no plenário, e para tanto propõe um grupo no  
707 Google com os conselheiros titulares, suplentes e membros dos GTs pois percebe que tem muita  
708 gente trabalhando em um assunto que interessa a outros, que também têm opiniões, solicitando,  
709 então, ajuda e colaboração. O conselheiro **MARIO YOSHINAGA** inicia sua fala parabenizando o  
710 Presidente Gilberto Belleza por frequentemente pedir transparência durante a gestão anterior e  
711 agora em sua gestão ser coerente por cumprir a Lei de Acesso à Informação. Ademais, o  
712 conselheiro menciona que vem observando que estão batendo na tecla da fiscalização pelo  
713 número de fiscais que não dão conta do serviço, então propõe que tracem um paralelo com o uso  
714 de aplicativos por jornalistas amadores que enviam informações à TV Vanguarda e com o  
715 programa que o Google fez com os índios na Amazônia para se preservarem de invasões de  
716 madeireiros ao mandarem informações para a Secretaria de Fiscalização através de um aparelho  
717 que documenta tudo, sendo muito mais eficiente do que fiscais do Ibama correndo pelas florestas.  
718 Por fim, o conselheiro sugere temas para discussão no plenário, como o fato do Brasil ser um dos



719 países que menos observam o imposto de melhoria, o qual inclusive não existe no Piauí e cria um  
720 paraíso para os empreendedores, e o fato de o país não ter um Código Nacional de Obras, que é  
721 melhor forma de manter todos os municípios protegidos de interesses de empreendedores e  
722 donos das cidades que mudam as leis conforme bem entendem. O conselheiro **JOÃO CARLOS**  
723 **CORREIA** inicia sua fala retomando o debate da ABNT informando que nessas discussões não  
724 haverá voto, será por consenso, e que embora exista a NBR 16.280 está havendo reclamação de  
725 síndicos que arquitetos não estão fazendo a discriminação na RRT do que estão fazendo, apenas  
726 colocam “reforma” mesmo ao derrubarem paredes, etc. O Presidente **GILBERTO SILVA**  
727 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que farão uma matéria para esclarecer e  
728 divulgar isso, agradece a presença de todos e encerra a 5ª Sessão Plenária Ordinária do CAU/SP.

729 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**  
730 **Presidente**